



OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, aos Acionistas, à Diretoria e aos Administradores da
OPY Serviços Hospitalares S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da OPY Serviços Hospitalares S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OPY Serviços Hospitalares S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

BALANÇO PATRIMONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.144	6.811	Fornecedores	6	5.808	3.269
Contas a receber	4	16.163	3.450	Operações de Confirming	6	5.755	464
Impostos a recuperar	5	687	371	Obrigações trabalhistas	7	1.330	800
Outros ativos		146	35	Dividendos a pagar		240	240
		<u>21.140</u>	<u>10.667</u>	Impostos e contribuições a recolher		1.608	481
				Imposto de renda e contribuição social a recolher	8	793	26
						<u>15.534</u>	<u>5.280</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros ativos.		4	4	Capital social	9	3.601	3.601
Imobilizado		284	270	Reserva legal		630	190
Intangível		63	-	Reserva de lucros		1.726	1.870
		<u>351</u>	<u>274</u>			<u>5.957</u>	<u>5.661</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>21.491</u></u>	<u><u>10.941</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>21.491</u></u>	<u><u>10.941</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	10	58.807	22.496
Custo de serviço prestado	11	(33.297)	(12.159)
LUCRO BRUTO		<u>25.510</u>	<u>10.337</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	11	(12.697)	(6.733)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		<u>12.813</u>	<u>3.604</u>
Receita financeira		505	525
Despesa financeira		(18)	(21)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	12	<u>487</u>	<u>504</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>13.300</u>	<u>4.108</u>
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	13	(4.504)	(1.484)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>8.796</u>	<u>2.624</u>
Resultado básico e diluído por ação	14	2,44	0,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.796	2.624
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>8.796</u>	<u>2.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social integralizado	Reserva de Lucros		Total Patrimônio	
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.601	59	838	-	4.498
Lucro líquido do exercício	9	-	-	-	2.624	2.624
Distribuição de dividendos intermediários	9	-	-	(838)	-	(838)
Distribuição de dividendos intercalares	9	-	-	-	(383)	(383)
Constituição de reserva legal	9	-	131	-	(131)	-
Constituição de dividendos	9	-	-	-	(240)	(240)
Constituição de retenção de lucros	9	-	-	1.870	(1.870)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>3.601</u>	<u>190</u>	<u>1.870</u>	<u>-</u>	<u>5.661</u>
Lucro líquido do exercício	9	-	-	-	8.796	8.796
Distribuição de dividendos intermediários	9	-	-	(1.870)	-	(1.870)
Distribuição de dividendos intercalares	9	-	-	-	(6.630)	(6.630)
Constituição de reserva legal	9	-	440	-	(440)	0
Constituição de retenção de lucros	9	-	-	1.726	(1.726)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>3.601</u>	<u>630</u>	<u>1.726</u>	<u>0</u>	<u>5.957</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.300	4.108
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11	118	70
Ajuste a valor presente	6	(175)	(11)
		<u>13.243</u>	<u>4.167</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	4	(12.713)	74
Impostos a recuperar	5	(316)	(213)
Fornecedores	6	2.539	(285)
Imposto de renda, contribuição social	8	(1.790)	(737)
Obrigações trabalhistas	7	530	341
Impostos a recolher	8	1.127	144
Outros ativos e passivos		(111)	6
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>2.509</u>	<u>3.497</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			
	8	(1.947)	(721)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>562</u>	<u>2.776</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Itangível			
		(63)	-
Aquisição de Imobilizado			
		<u>(132)</u>	<u>(53)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(195)</u>	<u>(53)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Fornecedores - Operações Confirming			
	6	5.466	276
Dividendos pagos			
		<u>(8.500)</u>	<u>(1.500)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(3.034)</u>	<u>(1.224)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>(2.667)</u>	<u>1.499</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício			
		6.811	5.312
Caixa e equivalentes no final do exercício			
		4.144	6.811
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.667)</u>	<u>1.499</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A OPY Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia"), foi constituída em 24 de agosto de 2020, atualmente com sua sede na Rua Joaquim Floriano, 913, 7º andar conjunto 72, Edifício Joaquim Floriano, Itaim Bibi, São Paulo - SP, tendo como objeto social atividades de apoio à gestão da saúde hospitalar e laboratorial. O capital social inicial da Companhia, subscrito na data da sua constituição, foi de 1.200 ações, correspondente a R\$1,2 (mil e duzentos reais), e teve suas atividades iniciais em 1º de junho 2022.

Em 08 de junho de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a abertura de uma filial da Opy Serviços Hospitalares S.A ("Companhia"), no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua X-016, Qd.212, lote 2, sala 60, Sitio Santa Luzia, Cep: 74.922-800.

Em 10 de junho de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social em R\$ 3.600, mediante a emissão de 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizadas.

O capital social da Companhia passou a ser R\$ 3.601, mediante a emissão de 3.601.200 (três milhões, seiscentas e uma mil e duzentas) ações ordinárias nominativas.

Em 1º de fevereiro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a abertura de uma filial da Opy Serviços Hospitalares S.A ("Companhia"), no Município de Manaus, Estado de Amazonas, na Avenida Djalma Batista, nº. 1.719, Edifício Atlantic Tower, Torre Business, Sala nº. 5054, 5º andar, Bairro Chapada, Cep: 69.050-010.

Contrato de Prestação de Serviço

A OPY Serviços Hospitalares S.A ("Companhia"), assinou em 01 de agosto de 2022 o contrato de prestação de serviço de consultoria e gestão estratégica junto a OZN HEALTH SPE S.A, com prazo indeterminado a partir da sua assinatura, podendo ser resilido sem qualquer ônus, multa ou indenizações, mediante simples comunicação com antecedência de 30 (Trinta) dias.

A OPY Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia"), firmou um acordo para a prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistenciais junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP ("Hospital") por intermédio da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, com vigência até 01 de junho de 2026.

A OPY Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") firmou um acordo para a prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistenciais junto ao Hospital Urgências de Goiás – HUGO ("Hospital"), por intermédio da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Este contrato tem vigência até 03 de dezembro de 2027.

A companhia assumiu compromisso em seu contrato de Prestação de Serviços que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto do contrato; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados, vigilância desarmada, agentes de portaria, bombeiros civis, higienização hospitalar, hotelaria, jardinagem etc.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.5.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 16 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.5.2 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

2.6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.6.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2. Contas a receber

Representa em sua totalidade os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP e Hospital Urgências de Goiás – HUGO, sob a gestão da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein.

2.6.3. Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 são créditos relacionado aos serviços prestados pela Companhia e serão consumidos a medida em que for gerado os respectivos débitos tributários.

2.6.4. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (“impairment”).

2.6.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.6.6. Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços prestados. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.6.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes a impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.6.8. Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços prestados ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP e Hospital Urgências de Goiás – HUGO. Estas receitas são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

Referem-se a receitas de prestação de serviços administrativos, gestão e acompanhamento de serviços não assistenciais, com o objetivo de remunerar atividades como (i) vigilância desarmada, agentes de portaria e bombeiros civis; (ii) manutenção predial; (iii) higienização hospitalar, hotelaria e jardinagem; (iv) engenharia clínica; e (v) manutenção preventiva e corretiva do sistema de gases medicinais.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente de tarifas bancárias e juros. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.6.9. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

2.7 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- IAS 1 / CPC 26 (R1) - Trata da apresentação das demonstrações financeiras e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024
- IAS 7 / CPC 26 e IFRS 7 / CPC 40 - Incorporação de requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis
- Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

2.8 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente.

- IAS 21 / CPC 02 - Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025
- IFRS 18 - Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19
- OCPC10: A OCPC 10 é uma orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e tornou-se obrigatória para Companhias abertas em 1 de janeiro de 2025. A OCPC 10 foi desenvolvida em parceria entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o CPC, com o objetivo de: (i) Estabelecer um tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização; (ii) Garantir a consistência das demonstrações financeiras; (iii) Integrar os relatórios de sustentabilidade e (iv) Alinhar-se à prática internacional sobre o tema.

Com exceção do novo formato de apresentação da demonstração do resultado conforme IFRS 18, não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	1	1
Bancos	269	179
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	<u>3.874</u>	<u>6.631</u>
Total	<u>4.144</u>	<u>6.811</u>

As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a uma taxa média (em 12 meses) de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2024, (100,26% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 CONTAS A RECEBER

Referem-se aos recebimentos mensais dos contratos de prestação de serviços de clientes privados, com vencimento mensal.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (a)	<u>16.163</u>	<u>3.450</u>
	<u>16.163</u>	<u>3.450</u>
Circulante	16.163	3.450

(a) Refere-se às contas a receber junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP e Hospital Urgências de Goiás – HUGO (“Hospital”) sob a gestão da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, entidade privada conforme contrato de prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistencial do hospital.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui contas a receber dado como objeto de garantias de dívidas.

A Administração da Companhia revisa, a cada fechamento contábil, o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais.

O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer de 1 a 30 dias	16.163	3.450
	<u>16.163</u>	<u>3.450</u>

5 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS/COFINS (a)	636	317
IRPJ/CSLL (a)	51	51
IRRF - Sobre Aplicações Financeiras	-	3
	<u>687</u>	<u>371</u>

(a) Esses créditos estão relacionados aos serviços prestados e serão consumidos à medida em que gerar os respectivos débitos tributários.

6 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como não circulante.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operações confirming (a)	5.951	485
Ajuste valor presente – confirming	(196)	(21)
Fornecedores – terceiros	5.808	3.269
Total	<u>11.563</u>	<u>3.733</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 17.

- (a) A companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “operações confirming” até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,20% para 90 dias e 1,22% para 120 dias, em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os prazos e valores acordados na transação comercial, as quais possuem condições comerciais diferenciadas e, portanto, são classificadas como atividades de financiamento no fluxo de caixa. A companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos e demais condições dos contratos. O principal motivo da transação é para que a antecipação do recebível seja uma alternativa de recebimento para o fornecedor (em contrapartida à política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

Movimentação Operações Confirming

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
Operações - confirming	485	14.790	(9.324)	5.951
Total	485	14.790	(9.324)	5.951

7 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A rubrica de obrigações trabalhista e previdenciárias no montante R\$ 1.330 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2023), representa os valores a pagar aos seus colaboradores e demais encargos sociais e trabalhistas conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários a pagar	671	541
Encargos Sociais a pagar	292	125
Férias a pagar	367	134
Total	1.330	800

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CSLL a pagar	179	1
IRPJ a pagar	614	25
Total	793	26

Conciliação IRPJ e CSLL a recolher

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a pagar 31 dezembro de 2023	25	1	26
Provisão impostos	3.305	1.199	4.504
Compensação impostos	(1.112)	(678)	(1.790)
Pagamentos dos impostos	(1.604)	(343)	(1.947)
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2024	614	179	793

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 13.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	3.601.200	3.601.200	100,00%	3.601.200	3.601.200	100,00%
	3.601.200	3.601.200	100,00%	3.601.200	3.601.200	100,00%

Dividendos

Em 08 de janeiro de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$ 1.500, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023. que foram pagos em 09 de janeiro de 2024.

Em 08 de janeiro de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$ 610 (seiscentos e dez mil), nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, destes, R\$ 370 são referentes a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023, e 240 como dividendos intercalares. No mesmo ato societário também foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante R\$ 630 (seiscentos e trinta mil reais), sobre os lucros auferidos levantado no balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2024. Todos estes montantes foram pagos em 28 de fevereiro de 2024.

Em 13 de dezembro de 2024 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$ 6.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, sobre os lucros auferidos levantado no balanço patrimonial em 30 de novembro de 2024, que foram todos pagos em 13 de dezembro de 2024.

Data de Pagamento	Ano Base	Dividendos Intercalares	Dividendos Intermediários	Total
09/01/2024	2023	-	1.500	1.500
28/02/2024	2023	-	370	370
28/02/2024	2024	630	-	630
13/12/2024	2024	-	6.000	6.000
		630	7.870	8.500

Dividendos mínimos obrigatórios

Resultado do exercício	8.796
(-) Constituição da reserva legal	440
(=) Base distribuível	8.356
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.089
(-) dividendos intermediários	(8.500)
(=) dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2024 (a)	(6.411)

(a) Considerando que durante o exercício de 2024 foram pagos dividendos antecipados no montante de R\$8.500 e o necessário a ser provisionado pela lei das sociedades anônimas seria de no mínimo R\$2.089 (25% sobre o lucro líquido do exercício deduzido a apuração de reserva legal), a Companhia não efetuou a provisão dividendos mínimos obrigatórios a pagar.

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

10 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita dos serviços prestados	67.499	25.482
	67.499	25.482
Impostos sobre serviços e outras deduções		
PIS	(1.027)	(379)
COFINS	(4.728)	(1.747)
ISSQN	(2.937)	(860)
	(8.692)	(2.986)
Total da receita líquida	58.807	22.496

11 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Materiais e serviços	(33.280)	(12.151)
Gasto com pessoal	(6.147)	(3.690)
Serviços de terceiros	(5.873)	(2.767)
Consumíveis e outros	(173)	(64)
Aluguéis	(154)	(92)
Despesa Tributária	(210)	(58)
Despesas comerciais	(23)	-
Materiais e serviços de obra	(16)	-
Depreciação e amortização	(118)	(70)
	(45.994)	(18.892)
Custo de serviço prestado	(33.297)	(12.159)
Despesas gerias e administrativas	(12.697)	(6.733)

12 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e pode ser assim composto:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	329	514
Ajuste a valor presente	176	11
	<u>505</u>	<u>525</u>
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(18)	(21)
	<u>(18)</u>	<u>(21)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>487</u>	<u>504</u>

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.300	4.108
Alíquota Nominal	34%	34%
Tributos calculado às alíquotas nominais	<u>(4.522)</u>	<u>(1.397)</u>
Ajustes para apuração dos tributos efetivos sobre o lucro:		
Adições / Exclusões permanentes	(6)	(87)
IR Adicional	24	-
	<u>18</u>	<u>(87)</u>
	<u>(4.504)</u>	<u>(1.484)</u>
Corrente	(4.504)	(1.484)
	<u>(4.504)</u>	<u>(1.484)</u>
Alíquota efetiva	33,86%	36,12%

14 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível ao acionista dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não possui eventos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Numerador</u>		
Resultado líquido do exercício	8.796	2.624
<u>Denominador (em milhares de ações)</u>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>3.601</u>	<u>3.601</u>
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u><u>2,44</u></u>	<u><u>0,73</u></u>

15 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	<u>Relação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado			
Receita com Prestação de Serviços			
OZN Health SPE S.A (a)	Parte relacionada	<u>5.283</u>	<u>4.822</u>
		<u>5.283</u>	<u>4.822</u>

(a) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados para OZN Health. Estas prestações foram todas liquidadas dentro dos exercícios.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$ 794 e R\$ 658 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2024			Valor Justo
	Valor Contábil		Total	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	270	3.874	4.144	270
Contas a receber de clientes	-	16.163	16.163	-
	270	20.037	20.307	270
Passivos				
Fornecedores	-	5.808	5.808	-
Fornecedores - Confirming	-	5.755	5.755	-
	-	11.563	11.563	-
	31/12/2023			Valor Justo
	Valor Contábil		Total	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	180	6.631	6.811	180
Contas a receber de clientes	-	3.450	3.450	-
	180	10.081	10.261	180
Passivos				
Fornecedores	-	3.269	2.269	-
Fornecedores - Confirming	-	464	464	-
	-	3.733	3.733	-

17 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seus ativos financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(a) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDBs, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, (ver notas explicativas nº 3).

Passivos

A companhia não está exposta a riscos relativos à variação de taxa de juros em função de não ter captado financiamentos até 31 de dezembro de 2024.

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2024.

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 18 de fevereiro de 2025, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2024	Período até 31 de dezembro de 2025				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Varição CDI	0,12150	0,12150	0,06075	0,09113	0,15188	0,18225

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2024	Período até 31 de dezembro de 2025				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Varição CDI	3.874	3.874	3.639	3.756	3.992	4.109
		3.874	3.874	3.639	3.756	3.992	4.109
Efeito de ganho (perda)			-	235	118	(118)	(235)

(b) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

18 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre responsabilidade civil dos seus serviços prestados, apólice de seguros referentes aos riscos contratados está demonstrada no quadro abaixo:

31/12/2024				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Austral Seguradora S/A	Resp. Civil	024612022000203510000370	nov/2024 a nov/2025	5.000

19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes.

20 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 24 de abril de 2025.

DIRETOR DE OPERAÇÃO

Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC - 1SP-286064/O-3